



INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD NO INSTITUTO FEDERAL GOIANO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Joseany Rodrigues Cruz

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Joseany.cruz@ifgoiano.edu.br

Jhonny David Echalar

Universidade Federal de Goiás (UFG)

jhonnyechalar@gmail.com

Eixo 01: Política, gestão e financiamento da educação a distância

Resumo: Este trabalho é um levantamento bibliográfico e faz parte de uma pesquisa sobre a Institucionalização da Educação a Distância no Instituto Federal Goiano. A procura por textos acadêmicos foi norteadada pela pergunta: Quais são as políticas públicas que visam à institucionalização da EaD nos Institutos Federais, principalmente no IF Goiano? O objetivo foi fazer um mapeamento das produções acadêmicas relacionadas ao tema. Foram realizadas buscas em quatro meios distintos: Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), portal de periódicos da Capes/MEC, biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online - SciELO* e *ERIC - Institute of Education Sciences*. Como resultado, pode-se salientar que há poucas produções na área, o que aponta para a necessidade de pesquisas relevantes quanto à EaD e sua institucionalização nas instituições públicas brasileiras.

Palavras-chave: Educação a Distância; Institucionalização; Políticas Públicas.

Introdução

A fim de conhecer o que se tem produzido academicamente no Brasil e outros países e quais enfoques dados às pesquisas relacionadas à Institucionalização da Educação a Distância em instituições públicas de ensino, desenvolvemos, neste trabalho, um balanço de produções que abordassem a temática ou dela se aproximassem. Foram realizadas buscas em quatro bancos de dados: Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), portal de periódicos da Capes/MEC, biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online - SciELO* e *ERIC - Institute of Education Sciences*. Para encontrar a

III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Diálogos sobre EaD e uso das TDIC na educação: regulamentação em tempos recentes
3 a 6 de novembro de 2020 - Brasília/DF - Online



maior quantidade de trabalhos relacionados à temática em questão, utilizamos, individualmente e combinados, os seguintes descritores como critério de busca nos repositórios nacionais: educação a distância; políticas públicas; institucionalização; institutos federais; universidades federais.

Os dados coletados foram organizados em planilhas no formato Excel que contemplam os seguintes elementos: título do trabalho; tipo de documento; ano da publicação; instituição/universidade; área do programa de pós-graduação; local foco da pesquisa; abordagem da pesquisa; política pública analisada; link de acesso e observações. No campo "tipo de política pública analisada", os trabalhos foram categorizados em: políticas gerais, Rede E-Tec, UAB ou fomento próprio. Em sites internacionais, adotamos a mesma metodologia, porém, com os seguintes descritores: institutionalization, distance education, professional education, distance learning e e-learning.

Ressaltamos que, nos repositórios nacionais pesquisados, foram encontrados 23 trabalhos. Nos internacionais, foram encontrados quatro artigos acadêmicos no site americano do ERIC - Institute of Education Sciences, uma biblioteca on-line de pesquisa e informação sobre educação, patrocinada pelo Instituto de Ciências da Educação (IES) do Departamento de Educação dos Estados Unidos da América. Cabe salientar que a investigação foi realizada a partir de um recorte temporal que compreende os anos entre 2008 e 2018, devido ao fato da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de forma que não se justificaria buscar conteúdos produzidos antes desta legislação. Porém, foram encontrados trabalhos a partir de 2011, acreditamos que o motivo está relacionado ao fortalecimento da Rede E-Tec no mesmo ano: o decreto nº 6.301, de 12 de dezembro de 2007, foi revogado pelo decreto nº 7.589, de 26 de Outubro de 2011, que distribuiu a responsabilidade de oferta de cursos técnicos a distância para os serviços nacionais de aprendizagem (Sistema S) e para os Institutos Federais, transformando o E-Tec em Rede E-Tec. Na mesma data de revogação do decreto 6.301/07, foi aprovada a Lei nº 12.513, que instituiu o PRONATEC e agregou a ele a Rede ETec, ficando esta responsável pela oferta de cursos a distância.

III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Diálogos sobre EaD e uso das TDIC na educação: regulamentação em tempos recentes
3 a 6 de novembro de 2020 - Brasília/DF - Online



Institucionalização da EaD nos Institutos Federais

Em consonância com as diretrizes de expansão da Educação a Distância no Brasil e o crescimento da oferta de Educação Pública em seus diversos níveis e com vistas a atender às demandas sociais, os Institutos Federais se tornaram atores fundamentais no processo de formação a distância, uma vez que eles vêm atendendo a milhares de alunos nessa modalidade há alguns anos. São vários cursos ofertados em diversas áreas do conhecimento que tentam viabilizar o acesso de muitos brasileiros ao "mundo do trabalho". No Instituto Federal Goiano foram atendidos, na Educação a Distância via Programa Rede E-tec Brasil, 8490 alunos entre os anos de 2013 e 2016 em 94 polos no estado de Goiás. Além disso, foi homologada pela SETEC/MEC a oferta de 1.400 vagas para o MedioTec EaD, que começou a ser ministrado em agosto de 2017, com prazo para conclusão em 2018/2019.

Foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996), que puderam ser percebidos avanços significativos para a EaD. O seu artigo 80 determina que o poder público deve incentivar programas de Educação a Distância, em todos os níveis e modalidades. Tal recomendação foi confirmada alguns anos depois pelo decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. A partir de então, a EaD se fortaleceu em todo o território nacional com a implantação de Políticas Públicas específicas como o sistema UAB – Universidade Aberta do Brasil, formalizada em 2006, e o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (eTec Brasil), em 2007, transformado na Rede e-Tec Brasil em 2011, com o objetivo de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância. Em 2017/18, a proposta do governo vigente é a implementação do MedioTec EaD, de forma concomitante e subsequente ao ensino médio, mediante convênios de intercomplementaridade com as Redes Públicas Estaduais e Distrital de Educação, buscando parcerias com o setor produtivo quanto à geração de emprego e renda.

Vale ressaltar que a Rede e-Tec Brasil é uma das ações nacionais que visam à expansão e interiorização da oferta de Educação Profissional e Tecnológica de nível técnico na modalidade de Educação a Distância. Os mesmos objetivos foram mantidos no documento de

III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Diálogos sobre EaD e uso das TDIC na educação: regulamentação em tempos recentes
3 a 6 de novembro de 2020 - Brasília/DF - Online

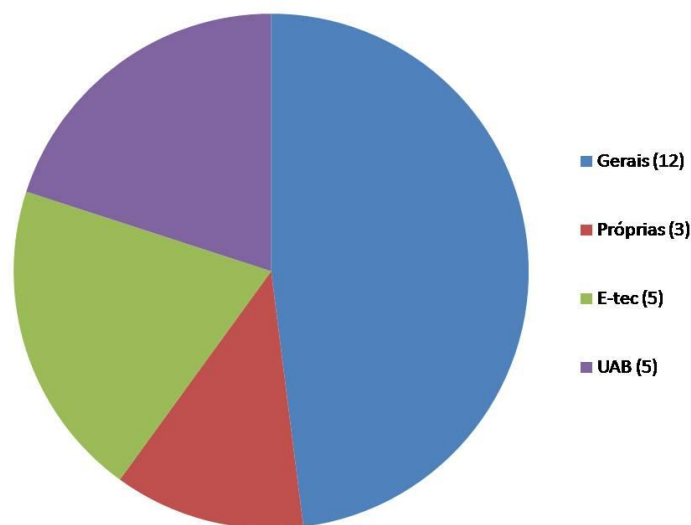


referência do MedioTec EaD, porém, os moldes de oferta mudaram expressivamente, sobretudo quanto a quantidade de recursos, que foi reduzida consideravelmente, e a inclusão da Rede Estadual de Ensino como ator imprescindível no processo de oferta de vagas.

O que dizem os estudos

Dos 23 trabalhos nacionais encontrados, 14 referem-se, especificamente, à Educação a Distância nos Institutos Federais do país. De acordo com os tipos de política analisada, temos a seguinte proporção:

Figura 1 - Tipos de Políticas Analisadas



Fonte: Elaborado pelos autores após levantamento.

A respeito dos tipos de documentos, podemos categorizá-los conforme o quadro abaixo.

Quadro 1 - Tipos de documento, instituições e área

| TIPO DE DOCUMENTO | |
|-------------------|------------------|
| | Teses – 3 |
| | Dissertações – 3 |

III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Diálogos sobre EaD e uso das TDIC na educação: regulamentação em tempos recentes
3 a 6 de novembro de 2020 - Brasília/DF - Online



| | |
|---------------------|--------------------------|
| | Artigos – 17 |
| INSTITUIÇÕES | Universidades – 4 |
| | Institutos Federais – 15 |
| | Não especificado – 4 |
| ÁREA | Educação – 20 |
| | Administração – 1 |
| | Gestão – 1 |
| | Geografia – 1 |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Um dos trabalhos que queremos destacar é uma dissertação intitulada como “O processo da institucionalização da Educação a Distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins – IFTO”. A pesquisa é do tipo descritivo, com abordagem e foco na pesquisa qualitativa, que abarca o tipo exploratório e possui dois propósitos: situar a regulamentação da educação a distância no contexto profissional tecnológico através de documentos e caracterizar a educação a distância no IFTO.

Para Silva (2013), a institucionalização da educação a distância em uma instituição de ensino profissional, está condicionada à implementação de um plano de gestão participativa e continuada, capaz de garantir condições adequadas para atender às especificidades, expectativas e demandas da modalidade, dentro e fora da Instituição. Segundo a autora, o processo de institucionalização da EaD, no contexto profissional tecnológico, tem pela frente muitos desafios, sobretudo quanto à criação de novas estruturas e novos modelos com abordagem democrática e emancipatória que possam favorecer a participação e a formação do coletivo na reflexão das práticas e na tomada de decisões para institucionalizar a EaD naquele Instituto.

Outra produção que merece destaque é a tese intitulada “O processo de institucionalização da Educação a Distância no Brasil” (2014). Em seu trabalho, a autora apresenta um histórico da EaD no Brasil, analisa as regulamentações e critica as inúmeras iniciativas governamentais voltadas à área instauradas de forma desorganizada e desestruturada

III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Diálogos sobre EaD e uso das TDIC na educação: regulamentação em tempos recentes
3 a 6 de novembro de 2020 - Brasília/DF - Online



nos três níveis de ensino: fundamental, médio e superior. O que nos chama a atenção é a forte presença do ponto de vista da autora, que critica veementemente a forma como a institucionalização da EaD vem sendo conduzida pelo governo.

O processo de institucionalização da Educação a Distância na Universidade de Brasília – UnB, também é foco de uma pesquisa a partir da Teoria Institucional. Na UNB, buscou-se descobrir se há colaboração no sentido de compartilhamento de experiências entre os gestores dos oito cursos de licenciatura participantes da modalidade a distância e como se dá a aprendizagem. O recorte proposto por Melo (2016) de como se desenvolvem, na visão dos gestores, as fases, estágios e categorias do processo de institucionalização da EaD na UnB, além da análise de documentos institucionais e legislações, muito se aproxima com o nosso interesse em pesquisar a Institucionalização da EaD no IF Goiano. Segundo a autora, trata-se de um estudo de caso sobre o processo de institucionalização da EaD na UnB de acordo com a abordagem da Teoria Institucional, sustentada por Selznick (1996), Dimaggio e Powell (1991), Meyer e Scott (1983), Meyer e Rowan (1977); Clegg, Hardy e Nord (1998); Clegg e Hardy (2006) e Tolbert e Zucker (1998). Em outras palavras, a pesquisa explica as fases, as categorias e os estágios do processo de institucionalização da EaD naquela Universidade, além de demonstrar que a falta de comunicação entre os setores administrativos da UnB, aliada à ausência de aprendizagem colaborativa e compartilhamento de experiências, tem-se tornado causas de muitos conflitos, incertezas e insegurança quanto à continuidade da modalidade, sobretudo no caso da oferta de cursos pela Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Quando o assunto é a UAB, percebemos que este programa tem sido o responsável por grande parte da adesão das universidades e institutos federais a cursos superiores EaD. O Programa foi alvo também de uma pesquisa bibliográfica e documental com foco no Instituto Federal Sul-rio-grandense, à luz da teoria do ciclo de políticas de Ball (1994). Os resultados mostraram que os interesses dos três contextos dos ciclos de políticas estão presentes nos diversos âmbitos da implantação da política e se constituem em espaços de conflito, resistência e adaptação aos interesses de um ou outro ciclo, como ocorreu no caso das políticas públicas implantadas e assimiladas pela Instituição pesquisada.

III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Diálogos sobre EaD e uso das TDIC na educação: regulamentação em tempos recentes
3 a 6 de novembro de 2020 - Brasília/DF - Online



A leitura dos textos selecionados que tratam especificamente da EaD nos Institutos Federais mostra de maneira unânime que a expansão da Educação a Distância foi motivada por interesses da reestruturação do capital, mesmo fenômeno observado no crescimento da educação profissional tecnológica (EPT) nos últimos anos. Nesse sentido, os desafios das instituições são convergentes: a dependência de programas de fomento para que a EaD possa ser implementada. Isso fica claro, sobretudo no artigo intitulado “O processo de institucionalização da EaD no IFPI: a perspectiva dos gestores para os cursos técnicos de nível médio”. Os autores esclarecem que no IFPI o quadro de pessoal é formado cem por cento por bolsistas do referido programa.

Quanto à Rede E-tec, a partir do estudo “A educação a distância como política pública no ensino profissional e tecnológico: experiência do IFSul/CAVG”, percebemos que o programa é uma das ações que preconiza a expansão da oferta do ensino técnico, com destaque para o modelo no qual foi concebida. De acordo com os autores, apesar de existirem normatizações que estabeleçam orientações sobre o funcionamento da Rede e-Tec Brasil, é necessário efetivar uma legislação própria e um desenho organizacional específico capaz de atender as peculiaridades da Educação Profissional e Tecnológica a distância.

Quanto a ações próprias, uma das institucionalizações mais eficazes pode ser vista no artigo “Institucionalização da Educação a Distância no Instituto Federal do Espírito Santo” que iniciou seus trabalhos em EaD com os programas Universidade Aberta do Brasil e Rede E-Tec, até a criação do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, em 2014. O Cefor tem como objetivos principais: fomentar e apoiar a Educação a Distância e o uso de tecnologias na educação no Ifes e trabalhar na formação de professores e demais profissionais da educação, por meio do ensino, pesquisa e extensão. Os autores reforçam a importância da gestão da Educação a Distância para o apoio aos campi da instituição no que se refere aos cursos a distância, ao uso de tecnologias na educação e a necessidade de ofertar cursos em diferentes níveis e modalidades, para atender a necessidade de formação docente e dos profissionais que atuam na educação. A necessidade de uma política em âmbito nacional para institucionalização

III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Diálogos sobre EaD e uso das TDIC na educação: regulamentação em tempos recentes
3 a 6 de novembro de 2020 - Brasília/DF - Online



da Educação a Distância também foi exposta pelos autores, dentre elas, a atividade de tutoria, manutenção de polos de apoio presencial, infraestrutura para composição do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, respeito às diferentes metodologias de Educação a Distância e de definição de custo-aluno da modalidade.

Ainda quanto à oferta de cursos com recursos próprios, o artigo intitulado “O cenário de EAD institucionalizada: uma análise do Curso de Licenciatura em Letras do Instituto Federal da Paraíba”, traz uma importante reflexão sobre a tentativa de se estabelecer uma nova cultura educacional, por meio da adoção de recursos pedagógicos e tecnológicos próprios da instituição para a educação a distância. No IF supracitado, isso foi feito com a criação do Curso de Licenciatura em Letras, o primeiro curso na modalidade EAD fomentado pela própria instituição sem qualquer recurso de agências financiadoras ou programas de governo. Segundo as autoras, embora a EaD ainda apresente algumas fragilidades em seu processo de consolidação, o IFPB desponta no pioneirismo quanto à criação de um modelo de institucionalização de educação a distância e ao atendimento de uma política educacional com vistas à busca incessante de uma formação docente de qualidade.

Especificamente sobre as ações de EaD do Instituto Federal Goiano, encontramos apenas o artigo “20% EaD nos cursos integrados de nível médio no Instituto Federal Goiano – campus Trindade: um processo em construção”. O estudo aponta os caminhos para a implementação dos 20% em EaD dos cursos presenciais. De acordo com os autores, a experiência de Trindade tem sido compartilhada com os demais Campi que ainda estão iniciando o processo, como um modelo a ser seguido, porém, respeitando-se as características dos docentes, discentes e gestores em cada uma das unidades.

Nos repositórios internacionais, destacamos o artigo "Factors Influencing the Institutionalization of Distance Education in Higher Education", por abordar as ações a serem adotadas pelas universidades para institucionalizar seus programas de educação a distância. Pina (2008), apresenta trinta fatores que influenciam a institucionalização identificados a partir de pesquisas em diversas literaturas, que foram validados como indicadores de institucionalização da educação a distância em algumas universidades. No estudo, professores

III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Diálogos sobre EaD e uso das TDIC na educação: regulamentação em tempos recentes
3 a 6 de novembro de 2020 - Brasília/DF - Online



e líderes em educação à distância demonstraram um alto nível de concordância quanto à importância desses fatores para a institucionalização.

O estudo intitulado "Exploring the Current Theoretical Background about Adoption until Institutionalization of Online Education in Universities: Needs for Further Research", também traz uma contribuição relevante ao apontar a necessidade de mudança nas universidades que precisam aceitar o impacto da tecnologia na aprendizagem. Casanovas (2009) demonstra a falta de estratégias institucionais para lidar com estudantes internacionais e novas tecnologias, bem como o apoio a projetos de desenvolvimento *on-line*. A autora aponta as dificuldades da transição para a educação *on-line*, sobretudo motivadas por fatores organizacionais, mais do que atitudes de professores e alunos ou características tecnológicas, que parecem marcar as diferenças na percepção geral sobre a educação mediada pela tecnologia.

Considerações Finais

A partir deste levantamento bibliográfico, é possível afirmar, preliminarmente, que a institucionalização da Educação a Distância nos Institutos Federais ocorre de diferentes formas, pois aos mesmos foi dada a opção de escolha do modelo de gestão da modalidade a distância. Essa possibilidade foi orientada pelo documento que regulamenta a EaD nos Institutos Federais, elaborado pelo Conselho Nacional dos Institutos Federais (CONIF), cujos membros são os próprios reitores dessas instituições. Com base nas orientações previstas nesse documento, cada IF pode reconhecer a EaD e sua gestão de forma diferente, sendo possível observar a existência ou não do processo de institucionalização. Outra questão é que grande parte da oferta de EaD nos IFs é fomentada por programas como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) ou a Rede E-tec, que contam com o pagamento de bolsas para a equipe envolvida.

A análise preliminar dos dados obtidos junto ao IF Goiano, referentes à implantação de políticas com vistas à institucionalização da Educação a Distância, aponta para uma realidade desafiadora. O que se percebe é que as Instituições de Ensino Públicas dependem desses programas de governo para conseguirem se consolidar na área. Em 2016, finalizou-se a oferta

III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Diálogos sobre EaD e uso das TDIC na educação: regulamentação em tempos recentes
3 a 6 de novembro de 2020 - Brasília/DF - Online



da Rede E-tec Brasil pelo IF Goiano, em que, apesar de ter atendido um número expressivo de alunos, a quantidade de estudantes reprovados, tanto por não terem alcançado médias satisfatórias quanto por desistência, foi alta: 45,12% do total. Há cursos ministrados no IF Goiano, como por exemplo o Técnico em Segurança do Trabalho, em que uma das turmas teve evasão de 60% por cento do total de estudantes matriculados. Entre os que chegaram ao fim do curso, 35% foram reprovados. Já nos cursos Técnicos em Eventos, Informática e Finanças, em alguns polos, a procura foi tão pequena e a taxa de evasão tão grande, que há turmas com apenas 4 ou 5 alunos formados.

Além disso, em 2017, uma nova política, inclusive com outra nomenclatura (MedioTec), foi apresentada às instituições pelo novo Governo, que abandonou as diretrizes da política em vigor durante 10 anos, a Rede E-tec Brasil, sem apresentar uma avaliação e as razões para a sua substituição, apontando para a descontinuidade da política. Essa descontinuidade de maneira repentina pegou a todos de surpresa quando foi proposta a nova política de substituição: o MedioTec EaD, cujo recurso financeiro destinado aos IFs foi três vezes menor do que na ação anterior. (BRASIL, 2017).

Quanto à adesão aos 20% a distância da carga horária dos cursos presenciais, percebe-se um movimento grande entre Institutos Federais do país de praticarem tal ação, na tentativa de reduzir os índices de desistência, porém, no IF Goiano, ainda não é possível mensurar a eficácia da iniciativa, uma vez que ela está sendo implementada aos poucos, em projetos-piloto que ainda estão em fase inicial. O que se percebe, no entanto, é uma expectativa positiva da equipe gestora, que considera que a ação trará impactos positivos quanto a permanência e êxito.

III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Diálogos sobre EaD e uso das TDIC na educação: regulamentação em tempos recentes
3 a 6 de novembro de 2020 - Brasília/DF - Online



Referências

ANTUNES, Veronica Morales. **Educação a distância**: análises e conexões entre as dimensões pedagógica, tecnológica e de gestão na Rede e-Tec Brasil. 2015. 160 f. Tese (Doutorado) - Curso de Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia, Instituto Federal de Educ., Ciênc. e Tecn. Sul-rio-grandense, Pelotas, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2415410. Acesso em: 23 fev. 2019.

BALL, S.J. **Some reflections on policy theory**: a brief response to Hatcher and Troyna. Journal of Education Policy, London, v. 9, n. 2, p. 171-182. 1994.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20, de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf>. Acesso em jun. 2019.

_____. Decreto nº 6.301 de 12 de dezembro de 2007. Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6301.htm>. Acesso em 10 mai. 2017.

_____. Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011. Institui a Rede e-Tec Brasil. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm. Acesso em mai. 2019.

_____. **Documento Referência do MedioTec EaD**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://www.portal.mec.gov.br/component/tags/tag/41151/documento_base.pdf. Acesso em: 10 mai 2019.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em jan. 2019.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF. Disponível em:

III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Diálogos sobre EaD e uso das TDIC na educação: regulamentação em tempos recentes
3 a 6 de novembro de 2020 - Brasília/DF - Online



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 30 de abr. 2019.

_____. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF. Disponível em: www.sigeduca.seduc.mt.gov.br/pronatec/downloadnovo.aspx?7. Acesso em 10 mai 2019.

CASANOVAS, Ines. **Exploring the current theoretical background about adoption until institutionalization of online education in Universities**: Needs for further research. 8th European Conference on eLearning, ECEL 2009, p. 8, 2009.

CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R (Orgs.) **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998. V. 1.

CLEGG, S. R.; HARDY, C. **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. **The iron cage revisited**: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. In: POWELL, W.W.; DiMAGGIO, P.J. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 63-82.

FORMIGA, Girlene Marques et al. **O cenário de EaD institucionalizada**: uma análise do Curso de Licenciatura em Letras do Instituto Federal da Paraíba. Principia, João Pessoa, v. 01, n. 36, p.132-140, fev. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/viewFile/1632/738>. Acesso em: 26 fev. 2019.

MELO, Alessandra Pessoa Coimbra de. **Institucionalização da educação a distância na Universidade de Brasília (2005-2015)**. 2016. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3702192>. Acesso em: 30 mar. 2019.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. **Institutionalized organizations**: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, n. 2, p. 340-63, 1977

MEYER, J. W.; SCOTT, W. R. (Ed.). **Organizational environments**: ritual and rationality. Beverly Hills, CA: Sage, p. 45-70, 1983.

III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Diálogos sobre EaD e uso das TDIC na educação: regulamentação em tempos recentes
3 a 6 de novembro de 2020 - Brasília/DF - Online



MOURA, Janete Márcia Morais Oliveira et al. **O processo de institucionalização da EaD no IFPI: a perspectiva dos gestores para os cursos técnicos de nível médio.** Simpósio Internacional de Educação A Distância, São Carlos, v. 1, n. 3, p.01-12, set. 2016. Disponível em: <http://www.sied-enped2016.ead.ufscar.br/ojs/index.php/2016/article/view/1825/689>. Acesso em: 26 fev. 2019.

NASCIMENTO, Cinara Ourique do et al. **A educação a distância como política pública no ensino profissional e tecnológico: experiência do IFSul/cavg.** Anpae, Brasil, v. 1, n. 1, p.01-14, out. 2016. Disponível em: http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT3/GT3_Coimunicacao/CinaraOuriqueNascimento_GT3_integral.pdf. Acesso em: 01 abr. 2019.

NUNES, Vanessa Battestin et al. **Institucionalização da Educação a Distância no Instituto Federal do Espírito Santo.** Abed, Vitória, v. 02, n. 08, p.01-10, abr. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322928117_INSTITUCIONALIZACAO_DA_EDUCACAO_A_DISTANCIA_NO_INSTITUTO_FEDERAL_DO_ESPIRITO_SANTO. Acesso em: 10 jan. 2019.

PINA, A.A. **Factors influencing the institutionalization of distance education in higher education.** Quarterly Review of Distance Education, v. 09, p. 427-438, 2008. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ875113>. Acesso em: mar. 2019.

SELZNICK, P. **Institutionalism ‘old’ and ‘new’.** Administrative Science Quarterly, 41: 270-277, 1996.

SILVA, Gislene Magali da. **O processo da institucionalização da educação a distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins - IFTO.** 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/15237/1/2013_GisleneMagalidaSilva.pdf. Acesso em: 10 abr. 2019.

SILVA, R.; GOMIDE, R.; LIMA, V. **20% EaD nos cursos integrados de nível médio no Instituto Federal Goiano – Campus Trindade: um processo em construção.** Colóquio Nacional e Colóquio Internacional, Natal, p. 01-12, jul. 2017. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017/trabalhos/eixo2/E2A5.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. **A institucionalização da teoria institucional.** In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. Handbook de Estudos Organizacionais: modelo de análises e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998.

III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Diálogos sobre EaD e uso das TDIC na educação: regulamentação em tempos recentes
3 a 6 de novembro de 2020 - Brasília/DF - Online



III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Diálogos sobre EaD e uso das TDIC na educação: regulamentação em tempos recentes
3 a 6 de novembro de 2020 - Brasília/DF - Online